

INTRODUÇÃO GERAL À FORMAÇÃO LITERÁRIA DO PENTATEUCO

INTRODUÇÃO: O LIVRO DE MOISÉS

Os cinco primeiros livros da Bíblia formam um conjunto que os judeus denominam “Lei”, ou Tora. O desejo de obter cópias manejáveis desse grande conjunto fez com que se dividissem seu texto em cinco rolos de tamanho quase igual, daí provindo dos judeus de língua grega o nome Pentateuchos. Seus volumes foram intitulados segundo seu conteúdo: Gênesis, porque começa pelas origens do mundo, Êxodo, porque começa com a saída do Egito, Levítico, porque contém a lei dos sacerdotes da tribo de Levi, Números, por causa do recenseamento dos seus primeiros capítulos, e Deuteronômio, de acordo com a interpretação grega de Dt 17-18 como a “segunda lei”.

A tradição judaica sempre viu em Moisés o autor do Pentateuco, “os cinco livros de Moisés”, concepção que predominou até o século XVIII. Conseqüentemente, os rabinos fizeram de Moisés o autor não só da Torá escrita (Lei), mas também da Torá oral.

Contudo, muitas contradições, duplicatas, falta de unidade, interrupções e cortes podem ser observadas no texto e revelam sua complexa origem, proveniente de fontes diversas: dois relatos da criação (Gn 1,1-2,4a e 2,4b-25), duas genealogias de Caim-Cainã (Gn 4,17s e 5,12-17), dois relatos combinados do Dilúvio (Gn 6-8, com Noé levando um ou sete pares de animais, e o dilúvio durando quarenta ou cento e cinquenta dias), dois relatos da aliança com Abraão (Gn 15 e 17), dois relatos da expulsão de Agar (Gn 16 e 21,9-21), três relatos de Sara entregue ao harém de um rei estrangeiro (Gn 12, 10-20 e 20 e 26,6-14), dois milagres da água em Meriba (Ex 17,1-7 e Nm 20, 1-13), dois relatos da vocação de Moisés (Ex 3,1-4,17 e 6,2-7,7), duas menções do Decálogo (Ex 20,2-17 e Dt 5,6-21), quatro calendários litúrgicos (Ex 23,14-19; 34,18-23; Lv 23; Dt 16,1-16).

Entretanto, não somente os anacronismos revelam sua complexa origem, mas também sua análise literária, observando as mudanças de estilo e de vocabulário. Constatou-se então, que a narração não é de Moisés, mas sobre Moisés.

HIPÓTESES “DOCUMENTÁRIA”, “DOS FRAGMENTOS” E “DOS COMPLEMENTOS”

No Pentateuco, dois nomes diferentes são usados para falar de Deus: “Iahweh” e “Eloim”. H. B. Witter (1711) sugeriu duas fontes distintas, transmitidas a Moisés pela tradição oral.

Astruc e Eichhorn (1760) propuseram distinguir dois documentos, um dos quais emprega o nome divino de “Iahweh” (“Documento Javista”) e o outro, o nome de “Eloim” (“Documento Eloísta”). Tais documentos seriam oriundos de fontes preexistentes, compilados por Moisés.

Essas teorias não explicavam a presença de fragmentos literários de proveniências diversas num único relato. Surgiram então três hipóteses: a “documentária”, a dos “fragmentos” e a “dos complementos”.

A teoria documentária afirmava haver na base do Pentateuco duas, três e até quatro tramas narrativas contínuas (“fontes” ou “documentos”) que, redigidas em épocas diferentes e em meios diferentes, teriam sido justapostas umas às outras por sucessivos redatores.

A teoria dos “fragmentos” asseverava que originalmente existia um número indeterminado de relatos esparsos e de textos isolados sem continuidade narrativa. Estes teriam sido reunidos posteriormente por um ou vários redatores-compiladores. Portanto, o Pentateuco não seria fruto de uma compilação de “documentos”, mas de fragmentos de fontes escritas.

A teoria dos complementos admite inicialmente a existência de uma única trama narrativa contínua (Eloísta). Ao longo dos séculos, teria recebido inúmeros acréscimos e complementos, até chegar ao Pentateuco atual.

HIPÓTESE DOCUMENTÁRIA DE WELLHAUSEN: AS “QUATRO FONTES”

Julio Wellhausen (1844-1918) reelaborou a antiga hipótese Documentária. Essa nova hipótese vigorou inquestionável até há pouco tempo. O Pentateuco é concebido como uma obra redacional, para cuja formação concorrem os seguintes documentos: O “Javista” (J), textos compostos na época da Monarquia (950 a.C.); o “Eloísta” (E), textos posteriores ao ano 750 a.C.; o “Deuteronomista” (D), textos dos anos 600 a.C. aproximadamente; e o Sacerdotal (P), escritos no exílio babilônico, por volta do ano 500 a.C.

Julio Wellhausen compreendeu que o sistema das fontes era perfeitamente coerente com a evolução da religião de Israel. Porém, certas perícopes resistiam à atribuição a uma fonte determinada.

A NOVA HIPÓTESE DOCUMENTÁRIA: AS QUATRO TRADIÇÕES

A “hipótese documentária” de Wellhausen dominou a crítica bíblica depois de 1900. Mas o início das grandes descobertas da literatura e da cultura do antigo Oriente Médio lançaram nova luz sobre a história e a cultura de Israel e ofereceram paralelos primitivos a muitos textos bíblicos. Essas descobertas mostram que a teoria de Wellhausen era insustentável e provaram ser impossível uma construção da História de Israel sem referência ao material do antigo Oriente Médio.

Muitos exegetas não falam mais de “Documentos”, mas de “Tradições”, sem afirmar sua origem oral ou literária. Embora não haja consenso entre os estudiosos sobre os “documentos” ou as “tradições” que deram origem ao Pentateuco, sua terminologia ainda vigora.

A TRADIÇÃO JAVISTA

A tradição Javista (J), mais antiga, é assim denominada por designar a Deus, desde o relato da criação, com o nome “Iahweh”. Teria sido redigida em Judá, no reino do Sul, por volta do século IX, ou um pouco antes, no reinado de Salomão ou mesmo de Davi, portanto, antes do cisma.

A tradição Javista contém a história do Paraíso e do pecado original; o relato sobre os “filhos de Deus e as filhas dos homens”; o dilúvio, Noé e a vinha; parte da lista das nações; a torre de Babel; a vocação de Abraão e sua viagem a Hebron; a promessa da terra e de uma numerosa posteridade; Agar e Ismael; os hóspedes de Abraão; a destruição de Sodoma e Gomorra; Ló e suas filhas; o nascimento de Isaac; a corte de Rebeca; a história de Isaac; Esaú e Jacó; o nascimento dos filhos de Jacó; Jacó e Labão; Jacó em Siquém; a genealogia edomita; José e seus irmãos; José no Egito; a bênção de Jacó; a opressão de Israel no Egito; o nascimento e a vocação de Moisés; provavelmente, sete das dez pragas; a passagem pelo mar; a viagem do mar ao Sinai; as codornizes e o maná; uma breve notícia da teofania do Sinai; o bezerro de ouro; os mandamentos (Ex 34); a partida do Sinai; o envio dos exploradores à terra de Canaã; a rebelião de Datã e Abiram; a viagem de Cades a Moab; os oráculos de Balaão; a adoração de Baal Peor; a luta entre as tribos orientais e ocidentais; a morte de Moisés.

A tradição Javista evidencia a épica nacional israelita, expressão da consciência nacional de Israel que se originou das vitórias de Davi e da prosperidade de seu reino.

O Javista é considerado um dos maiores narradores do Antigo Testamento. Suas histórias figuram entre as mais conhecidas e apreciadas de toda a Bíblia.

A TRADIÇÃO ELOÍSTA

Nos últimos cem anos, a história da exegese muitas vezes pôs em dúvida a existência da “tradição Eloísta”. Mas a presença de duplicações que não pertencem nem à tradição Javista nem às outras tradições (Deuteronomista e Sacerdotal), foi o argumento utilizado para se propor sua existência.

Os trechos que possuem essa característica delineiam uma obra bem organizada, que transmitiu uma interpretação da tradição antiga de Israel.

Sua composição se deu no Reino do Norte. Os estudiosos situam, com relativa segurança, a tradição Eloísta na primeira metade do século VIII a.C.. Apesar da instabilidade de seus chefes, era um Reino de grande prosperidade econômica, mas exposto às influências externas muito fortes de seus vizinhos do norte: fenícios, arameus e assírios. No campo religioso, os círculos proféticos dominados pelas figuras de Elias e Eliseu conservavam as grandes tradições do passado, permanecendo fiéis a Deus e à herança mosaica, com forte oposição à realeza. Esse é o contexto histórico da tradição Eloísta. Com a queda da Samaria, em 722, foi trazida para o Sul, onde se uniu à Tradição Javista.

São atribuídos à tradição Eloísta as seguintes passagens: aliança de Abraão; nascimento de Isaac, o repúdio de Agar; o sacrifício de Isaac; a corte de Rebeca; Esaú e Jacó; Jacó em Betel; o casamento de Jacó; o nascimento dos filhos de Jacó; Jacó e Labão; José e seus irmãos; José no Egito; a morte de Jacó; a opressão no Egito; nascimento e vocação de Moisés; provavelmente cinco das dez pragas; a passagem pelo mar; a viagem ao Sinai; a estada no Sinai; o bezerro de ouro; a partida do Sinai; as codornizes e o maná; os exploradores; a rebelião de Datã e Abiram; a viagem de Cades a Moab; a adoração de Baal; luta entre as tribos orientais e ocidentais; nomeação de Josué à sucessão de Moisés; o cântico de Moisés; a bênção e a morte de Moisés.

Na tradição Eloísta não se encontra nenhum vestígio de relatos cosmogônicos, é menos universalista, não se interessando pelos outros povos, preocupando-se, em primeiro lugar, com Israel, e, secundariamente, pelas relações entre Israel e os povos vizinhos. A monarquia e o sacerdócio não são reconhecidos como instituições de salvação. Somente

nos “homens de Deus” ou profetas pode-se constatar a presença de Deus no meio de seu povo. O maior deles é Moisés. Constata-se semelhanças entre os textos eloístas e as narrações que evocam a ação dos profetas Elias e Eliseu (o bastão do profeta Eliseu de 2Rs 4,29-31 com Ex 4,1-4, cf. Ex 4,6 e 2Rs 5,27, o zelo de Moisés por Deus em Nm 25,5 ao de Elias em 1Rs 18,40). Pode-se notar ainda uma viva preocupação pelas questões morais, um sentido muito profundo de obediência a Deus, um real interesse pelo verdadeiro culto, muito cuidado em deixar claro que Deus é totalmente diferente do homem, fugindo de todo antropomorfismo, quando a Ele se referir.

TRADIÇÃO DEUTERONOMISTA.

O livro Deuteronomio não foi elaborado de uma só vez, é fruto da tradição Deuteronomista.

A “primeira edição” do Deuteronomio deve ter sido depositada no templo durante o reinado de Ezequias (715-687), quando habitantes do reino do Norte procuravam refúgio em Jerusalém, trazendo consigo suas tradições.

Quando o império Assírio começou a ruir, a partir do ano 628, o rei Josias (640-609) iniciou uma reforma política e religiosa no reino do Sul, e libertando-se dos assírios, reconquistou grande parte do território de Israel. Promoveu restaurações no templo de Jerusalém, destruído pelos babilônicos, e durante essas restaurações o sacerdote Helcias descobriu um livro, “o livro da Lei” (2Rs 22,3-10). Reconhece-se nesse livro uma “primeira edição” do Deuteronomio que temos hoje.

Sólidos são os indícios que permitem concluir que o núcleo do Deuteronomio esteja ligado ao reino do Norte, pois segue a linha da tradição Eloísta: nota-se a intenção deliberada de fazer a Lei emanar da autoridade de Moisés e de Deus; admite-se Moisés falando nos discursos dos capítulos 1-11, a Lei ou Decálogo situa-se no Horeb (Dt 5,6-21), e não no Sinai como na Javista.

O centro do livro, porém, é ocupado pelo código deuteronomico (Dt 12-26), composto provavelmente em Jerusalém, no reino do Sul, após a queda da Samaria em 722. Reúne, sem ordem clara, diversas coleções de leis de diferentes origens, algumas oriundas do reino do Norte e introduzidas no Sul.

O código deuteronomico sublinha, desde o início, o lugar onde se deve prestar culto a Deus e proíbe a prática de ritos pagãos (12,1-31). O israelita deve prestar culto a Deus “no lugar que o Senhor escolher” (12,5),

expressão vaga que não se refere necessariamente ao templo de Jerusalém, mas que no momento da redação do código, era o único templo existente para os refugiados do Norte.

O Deuteronomio é o Livro da Aliança. O termo “Aliança” (berit, em hebraico) ocorre 27 vezes no Deuteronomio. Designa o acontecimento do Sinai como uma “Aliança”, concluída no Horeb. Iahweh é Aquele que guarda a Aliança e a misericórdia para com os que o amam (7,9.12); Ele é o Deus fiel, que faz conhecer sua Aliança (4,13) ou ainda que estabelece sua Aliança (8,18).

O Deuteronomio, em seu conjunto, é uma reflexão sobre a infidelidade de Israel. Não obstante a fidelidade de Deus, Israel pode transgredir a Aliança (17,2), romper a Aliança (31,16.20), abandonar a Aliança (29,24), esquecer a Aliança (4,31). O livro põe assim em relevo a liberdade de escolha do povo perante Iahweh e a fragilidade de sua adesão ao projeto de Deus, inquietação nascida da experiência real da constante infidelidade do povo.

Os autores do Deuteronomio se esforçam por manter Israel no essencial de sua experiência religiosa: a fé em um Deus único que fez dele Seu povo, dando-lhe uma terra, uma Lei e um templo.

A Tradição Deuteronomista apela à “recordação”. No Deuteronomio, essa expressão ocorre 15 vezes, sempre em passagens no singular. O povo deve sempre recordar é “o que Deus fez ao faraó e a todo o Egito” (7,18) ou durante a estada no Deserto (8,2; 9,7) ou ainda na Conquista (8,18). Entretanto, a recordação não diz respeito ao passado enquanto passado, mas a um passado que continua presente, numa atitude de fé e de esperança. Assim, o termo “hoje” é abundante no Deuteronomio, ocorrendo mais de 70 vezes.

TRADIÇÃO SACERDOTAL

Com a Tradição Sacerdotal, indicada pela letra “P”, do alemão Priester-kodex, o Pentateuco, tal como o conhecemos hoje, estará praticamente concluído. Esse conjunto de livros se formou ao longo da caminhada do povo de Israel, fruto de tradições orais que remontam a Moisés, mas que foram redigidas muitos anos mais tarde, em lugares diferentes e por autores (redatores) também diversos.

Vimos que o início da formação do Pentateuco se deu mediante a redação da Tradição Javista (J) e da Eloísta (E). Mais tarde, com a queda do Reino do Norte, em 722, houve, no Sul, a fusão dessas duas Tradições (J-E). Em seguida, apareceu a primeira redação do Deuteronomio (D), no

tempo de Ezequias (716-687). Então, ao núcleo constituído pela fusão J-E, vem se juntar P, perto do fim do Exílio, em 538.

A Tradição Sacerdotal só se compreende em relação com o choque produzido pela queda de Jerusalém e pelo Exílio. Em 587 Nabucodonosor, rei de Babilônia, toma Jerusalém e deporta seus habitantes. O grupo de exilados foi numeroso o suficiente para dar início à presença de judeus na Babilônia, enquanto um substancial número de judeus foi abandonado na Palestina em condições de absoluta indigência. Seu rei Sedecias tinha sido preso, assim como seu sobrinho Joaquin, e seus dois filhos assassinados. Era o fim da dinastia davídica, que Deus havia prometido ser eterna. Os exilados se viram atirados numa situação nova: seu rei estava preso, o templo destruído e a terra estava agora em mãos de estrangeiros e de um povo derrotado.

Entre os exilados, houve quem se desencorajasse e aderisse à religião babilônica. Houve, porém, aqueles que se mantiveram firmes em sua fé e tentaram encontrar no passado de Israel motivações para uma esperança capaz de fortalecê-los. Foi o que fizeram os sacerdotes de Jerusalém exilados em Babilônia, entre os quais Ezequiel. Assim, antes do fim do Exílio (538) foi elaborada a história sacerdotal.

A Tradição Sacerdotal se empenha em procurar na herança do passado algo em que se apoiar para continuar a viver no meio de uma nação estrangeira sem se contaminar com sua religião e com seus ídolos.

A história sacerdotal é uma grande síntese dos acontecimentos primitivos de Israel, expressos num estilo muito peculiar. Suas principais características são: as narrações, a cronologia, o vocabulário, o estilo, as genealogias, a tradição, o culto e o sacerdócio.

A Tradição Sacerdotal procura interpretar o desígnio de Deus, que permitia a seu povo uma situação tão adversa, com a releitura da história passada do povo. O apelo à história patriarcal mostrava que o que se vivia no Exílio não era algo totalmente inédito: Abraão fora estrangeiro em Canaã (Gn 23). Jacó tinha apenas um pedaço de campo (Gn 33,18-22). O próprio cativo não é uma situação nova, pois os israelitas também foram cativos no Egito (Ex 1,1-5.7.13-14). Assim, com as mais antigas tradições do povo, visavam iluminar a vida dos exilados do século VI.

Outra característica da Tradição Sacerdotal é a imbricação das leis nas narrações, onde as leis e as instituições são ligadas a acontecimentos que realçam seu valor. Alguns exemplos: em Gn 1,1-2,4a, são inseridas na narração as leis da fecundidade, da dominação (1,28) e a do sábado (2,3); em Gn 9, no final da narração do dilúvio, volta-se à lei da fecundidade (9,1) e à do respeito ao sangue; em Gn 17, está inserida a lei sobre a

circuncisão (17,9-14); em Ex 12,1-13, a lei sobre a páscoa está ligada à décima praga.

A Tradição Sacerdotal recorre freqüentemente ao emprego da cronologia, pelo uso de datas tiradas de um calendário sacerdotal que não é nem o calendário usado na monarquia, nem o calendário babilônico. Os meses não são designados por nomes, mas por números (Gn 7,11; 8,13; Ex 16,1; Nm 1,1).

O vocabulário da Tradição Sacerdotal é preciso e, muitas vezes, técnico. Alguns termos técnicos são próprios dessa Tradição, e o estilo se reconhece com relativa facilidade por ser desprovido de pitoresco, frio e seco. O apreço pelo uso abundante de números, de enumerações, de listas, surpreende.

A importância que a Tradição Sacerdotal confere às genealogias se explica pelo desejo de apresentar as raízes do povo, preocupação legítima e compreensível num contexto de exílio. Também o interesse pelo casamento dos patriarcas tem a mesma explicação: o casamento com estrangeiras, na Babilônia, punha em perigo o futuro de Israel.

Finalmente, uma grande parte das leis e prescrições da Tradição Sacerdotal é consagrada à organização do culto. Isso se constata facilmente lendo os capítulos do Êxodo que tratam da construção do santuário e das normas relativas ao sacerdócio (Ex 25-31 e 35-40). Outro indicio dessa importância é o lugar de Aarão ao lado de Moisés: para a Tradição Sacerdotal, a instituição principal para a existência do povo é o sacerdócio.

A fórmula da bênção de Gn 1,28, com seus cinco verbos (reproduzidos, multiplicai-vos, povoai, submetei e dominai), perpassa toda a obra da Tradição Sacerdotal. Encontramos essa fórmula nas narrações do dilúvio, primeiro, para os pássaros e animais (Gn 8,17); mas principalmente para Noé e seus filhos (9,1) e para o homem feito à imagem de Deus (9,7). A fórmula está nas palavras de Deus a propósito de Ismael (17,20) que confirmam o que Deus quer fazer por meio de Isaac, segundo a promessa feita a Abraão (17,2-4). A mesma fórmula reaparece quando se narra o casamento de Jacó (28,1-4), que serve também para fundamentar a esperança na posse da terra (28,4). A mesma promessa se repete em 35,11ss, onde os exilados podem ver que a Palavra de Deus continua válida também para eles.

A obra da Tradição Sacerdotal está ligada por uma vigorosa teologia da esperança. Está, pois, em tensão entre a tradição do passado e a situação do presente.

A “Lei de Santidade” (Lv 17-26) forma um conjunto que inicialmente era separado do Pentateuco. Esse conjunto reúne elementos diversos,

alguns dos quais remontam à época nômade (Lv 18, por exemplo), outros do período pré-exílico, e outros mais recentes. Uma primeira coleção dessas leis ter-se-ia formado em Jerusalém, pouco antes do Exílio. O profeta Ezequiel a pôde ter conhecido. Contudo, sua edição se deu somente no decurso do Exílio, antes de ser inserida no Pentateuco pelos redatores sacerdotais.

Pode-se afirmar que a estrutura da Lei de Santidade muito se aproxima da do “código deuteronomico” (Dt 11,1-26,15). Como o código deuteronomico, a Lei de Santidade se abre e se encerra com prescrições culturais (Lv 17,1-16 e 26,1-2); apresenta-se como um discurso de Moisés ao povo (Lv 17,1-2) e é seguida de bênçãos e maldições (26,3-45).

A Lei de Santidade, como o código deuteronomico, é uma compilação de pequenas coleções primitivamente independentes, com as repetições que nela se encontram denotando a existência dessas pequenas coleções.

A data dessa compilação tem como ponto de comparação o ministério do profeta Ezequiel, exilado em Babilônia em 597. Ele se refere à Lei de Santidade (Ez 18,6 e Lv 18,19; Ez 22,11 e Lv 20,12). Ezequiel não foi o criador dessa Lei, porque em alguns pontos importantes ele se distancia dela. Como conseqüência, a Lei de Santidade teve compilação em data anterior.

Muitos são os indícios que sugerem que a Lei de Santidade foi compilada paralelamente ao Deuterônimo. A semelhança entre as estruturas de ambos os códigos tem se constituído num argumento de peso dessa hipótese.

Ao lado da Lei de Santidade, há ainda a compilação de uma série de leis mais ou menos independentes de seus contextos, bem como “retoques” feitos em leis mais antigas, chamadas de “leis suplementares”. Essas leis suplementares foram fortemente influenciadas por Neemias e Esdras, principalmente por este último, e foram introduzidas no Pentateuco, por ocasião de sua composição final. Entre os textos podem ser citados os seguintes: “a lei dos sacrifícios” (Lv 1-7), “a lei da pureza” (Lv 11-16) e as prescrições sobre as festas (Nm 28-29).

CONCLUSÃO E ATUALIZAÇÃO

Assim temos a conclusão formação daquilo que os judeus designam como a “Torah” (5 primeiros livros da Bíblia), e que era o texto reconhecido por judeus e samaritanos como divinamente inspirado.

A hipótese das tradições (J, E, D e P) — amalgamadas paulatinamente, até formarem o texto do Pentateuco que temos hoje em nossas Bíblias —, mesmo não sendo ainda definitiva, demonstra que os textos se revelam portadores de uma tradição viva. O processo de composição do Pentateuco exigiu muitos séculos e se desenvolveu em distintos contextos históricos.

A imagem de Deus apresentada pelo Pentateuco não é uniforme; a amálgama das diversas tradições (J, E, D, P) é para nós motivo de reflexão: ela nos convida a lançarmos um novo olhar sobre a diversidade da expressão da fé hoje. Para tanto, faz-se mister superar uma leitura ingênua dos textos, que não permitiria ver a verdadeira intenção do que é narrado. Não podemos deixar-nos confundir pelo modo de narrar dos antigos; as narrações têm um papel singular no aprofundamento da relação de Israel com Deus. A diversidade dos gêneros literários não é aqui nada mais do que a riqueza de vida que anima as pessoas.

A compilação definitiva do Pentateuco foi profundamente marcada pela experiência do Exílio. Em relação a cada “livro” do Pentateuco pode se propor as seguintes questões: De que forma esse livro é resposta ao Exílio ou análise dele? Que idéias novas são invocadas por determinado autor? Sobre quais tradições antigas se apóia? Qual é o ponto central em torno do qual gira sua resposta ao Exílio? Qual era o caminho para sair do Exílio ou superá-lo?

Podemos ler o Pentateuco em vista de tirar o máximo proveito dos nossos “desastres”. Somos intimados, por meio dele, a usar seus recursos para também responder criativamente e com fé aos desafios “exílicos” de hoje.

O Pentateuco, como todo o Antigo Testamento, está aberto a uma leitura cristã. As idéias determinantes de cada tradição convergem para Jesus de Nazaré. Jesus veio coroar a esperança na vinda de um rei segundo o coração de Deus, na perspectiva da Tradição Javista. A provação e o sofrimento como caminho de salvação, descritos pela Tradição Eloísta, é uma prefiguração das perseguições e sofrimentos de Jesus. A Tradição Deuteronomista se orienta em vista da organização de uma assembléia unânime no serviço de Deus, um apelo concretizado no dom do Espírito trabalhando no coração humano para torná-lo membro da comunidade fraterna nascida no Pentecostes. A Tradição Sacerdotal, preocupada com a reconciliação com Deus, encontra sua resposta final na teologia do Novo Testamento.

Finalmente, a leitura do Pentateuco iluminada pela experiência e a reação de Israel ao Exílio, lança preciosa luz sobre nossa situação: nós também estamos em exílio, pois “não temos aqui cidade permanente, mas

procuramos a que há de vir” (Hb 13,14). A Igreja sempre se considerou como “peregrina” neste mundo. Vivemos no Exílio, pois “a Igreja só será consumada na glória celeste...” (Lumen Gentium, 48). Por isso, a leitura do Pentateuco anima a reafirmar a fé e o compromisso com o Reino, denunciar a idolatria, alimentar a esperança nas promessas de Deus e suscitar o desejo de continuar a prática do bem, mesmo em condições adversas.

A mensagem do Pentateuco é, pois, de grande atualidade.

O Exílio é tempo de esperança. Israel transformou seus problemas em oportunidades teológicas. Também o nosso Exílio pode ser o tempo oportuno para audaciosas afirmações de fé. No Pentateuco, a certeza da presença de Deus tornou-se realmente a boa nova para os exilados. Também temos a mesma garantia: “Eu estarei convosco todos os dias...” (Mt 28,20).

O Exílio para os cristãos é tempo de “vigiar e orar”. Enfim, é o tempo de examinar a nós mesmos, nossa comunidade, nosso país e nossa Igreja, tempo de ver seu estado atual como julgamento. É tempo, pois, de “voltar a Deus” e de amá-lo “de todo o coração, com toda a mente e com toda a alma” (Dt 6,5).

BIBLIOGRAFIA:

- **Introdução Geral ao Pentateuco**, Pe. Lucas Prazer, série de artigos da Revista “O Verbo”, números 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219 – Fev 2005 a Fev 2006
- **Catecismo da Igreja Católica [CIC]**, 1ª ed, São Paulo, Vozes, 1993;
- **A Bíblia de Jerusalém**, 7ª ed., São Paulo, Paulus, 1995
— Introdução ao Pentateuco;
- **Bíblia do Peregrino**, 1ª ed, São Paulo Paulus, 2002,
— Introdução ao Pentateuco;
- **Material de aula de “Introdução ao Pentateuco”**, Irmão Albino Affonso Ludwig, EFAP-RE1, São Carlos, 2004;
- **Constituição Dogmática “Lumen Gentium” [LG]**, de 18 de novembro de 1965;

Escola de Formação de Agentes de Pastoral
RE1, São Carlos, 2009
Jorge Nicolau dos Santos